

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

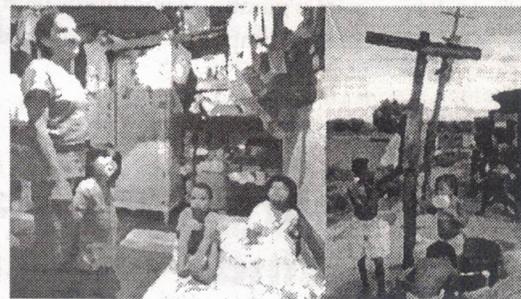
MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 17 - Nº 315 - DE 20 DE MARÇO A 03 DE ABRIL DE 2006 - R\$ 1,50

MST avança nas ocupações; latifundiários e imprensa burguesa fazem campanha contra; governo do PT/Lula estimula a repressão

Educação na Bolívia: Evo coincide com Banco Mundial
Iraque: Imperialismo não consegue sufocar a resistência
Rebelião estudantil na França ganha apoio dos assalariados

Não ao salário mínimo de fome de Lula!



Em defesa do SALÁRIO MÍNIMO VITAL,



calculado e votado pelas assembleias !!

Partido Operário Revolucionário - POR

 **MASSAS**
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

Imperialismo financia a Conferência Internacional sobre a terra

A 2ª Conferência Internacional sobre a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural foi realizada em Porto Alegre e contou com mais de oitenta países. Paralelamente, a Via Campesina Internacional juntamente com o Movimento Sem-Terra e dos pequenos produtores promoveram manifestações denunciando os problemas agrários e a situação miserável dos camponeses e indígenas. Denunciaram os programas do Banco Mundial de assistência aos assentados e de "reforma agrária de mercado". O dirigente do MST, João Pedro Stédile, exigiu que o governo brasileiro atualizasse os índices de produtividade para a desapropriação de fazendas. Mostrou que esses índices não são atualizados desde a ditadura militar (1975) e que o latifundiário que comprovar que possui um animal por hectare sua propriedade está protegida pela Lei da desapropriação. Portanto, de um lado, os representantes governamentais, financiados pela ONU-FAO, discursaram sobre a fome e a distribuição da

terra e, de outro, os movimentos que reivindicavam as desapropriações pela via do Estado, expansão dos assentamentos e de recursos para a agricultura familiar.

A Conferência promovida pelo imperialismo terminou com uma demagoga Carta que propõe a implementação de "políticas públicas de desenvolvimento rural e reforma agrária", voltadas para as camadas mais pobres, mas sem desprestigiar os direitos individuais. O que quer dizer sem tocar no direito à propriedade privada da terra. Para engambelar os tontos, declararam também o respeito aos direitos comunais e coletivos dos camponeses. O representante da Via Campesina aproveitou para dizer que a "Conferência começou a escutar o clamor do campo". Nada mais falso. A Conferência vem para reafirmar o direito à propriedade privada e fazer demagogia em torno de políticas públicas a serem criadas pelos governos dos países semicoloniais.

Repressão à ocupação da empresa Aracruz

Durante a realização do Fórum da Terra, Território e Dignidade, como foi denominada a reunião paralela dos movimentos sociais, mais de mil mulheres ocuparam a fazenda experimental da Aracruz. O governo e a Justiça do Rio Grande do Sul condenaram a ação e incriminaram as lideranças, entre elas Stédile.

A ocupação era um protesto contra a expansão de florestas de eucaliptos em regiões propícias à agricultura. A empresa de vasta áreas agricultáveis para o plantio de eucaliptos para a indústria de celulose. Com isso, camponeses são expulsos das

terras, pequena produção agrícola desaparece, a monocultura do eucalipto sequer exige mais contingente de trabalhadores e as terras se tornam improdutivas (verdadeiros desertos).

A burguesia agrária e seus governos se apóiam na lei da propriedade privada para punir os que lutam pela terra, pelo emprego e contra a fome.

Os trabalhadores da cidade e do campo devem condenar a repressão e apoiar as reivindicações dos camponeses.

Multinacional invade Parque Nacional e ainda exige punição ao MST

A Syngenta Seeds é uma empresa multinacional que invadiu o Parque Nacional de Iguaçu, no Paraná, para desenvolver experimentos com sementes transgênicas. As denúncias das ações da multinacional eram de conhecimento dos governos e do Ibama. Parte do plantio da soja geneticamente modificada tinha sido impedida pelo Estado. Mas mesmo assim, a multinacional continuava com seus experimentos.

Os sem-terra, sem destruir os laboratórios e área de plantio, exigem que o governo decrete o fim das ativida-

des da Syngenta. Por outro lado, a empresa sustenta que segue todas as normas municipais, estaduais e federais.

Esse é um exemplo como as multinacionais se apropriam de patrimônio público para desenvolver experiências com sementes, com o conluio dos governos. As multinacionais controlam a produção e distribuição de quase todo o ramo de sementes, entre elas as geneticamente alteradas.

A ocupação da empresa para ser consequente implica a luta pela sua expulsão não só do Parque Nacional de Iguaçu mas também de todo o território nacional.



O MST pressiona o governo por meio das ocupações

O Movimento Sem-Terra anunciou o “2006 vermelho”, lembrando o abril vermelho ocorrido em 2004. O objetivo é o mesmo: realizar ocupações em quase todos os Estados para pressionar o governo do PT/Lula a cumprir suas metas de assentamento, modificar a lei que regulamenta o caráter produtivo do latifúndio e implementar com maior urgência as desapropriações de terra.

Em Pernambuco, historicamente marcado pela luta das Ligas Camponesas, o número de fazendas ocupadas ultrapassa a casa das dezenas. Na Bahia, o movimento reivindica lotes de terra no Projeto Salitre, que são 2 mil hectares irrigados. No Rio Grande do Sul e São Paulo, o MST ocupa áreas de empresas de papel e celulose, que são verdadeiros mares de terra de plantação de eucaliptos. No Pará, as ações dos camponeses também lembrarão os massacres, os assassinatos de lideranças e denunciarão as impunidades dos governos, fazendeiros, madeireiros, Justiça e militares. O massacre de sem-terra em Eldorado dos Carajás completa 10 anos sem que os verdadeiros responsáveis fossem punidos. Por todos os Estados, os Sem-Terra avançam as ocupações de propriedades rurais, boa parte “improdutiva”, abandonada (como no caso dos engenhos nordestinos) ou surrupiada do Estado pelos proprietários rurais.

A explosão no campo se deve ao enorme contingente de acampados à beira das estradas à espera dos assentamentos prometidos. São mais de 140 mil pessoas debaixo das lonas em 650 acampa-

mentos do MST, diz sua liderança. Volta e meia suas direções são obrigadas a impulsionar a explosividade do movimento para apressar medidas em favor dessa massa humana. As contradições vêm à tona, porque de um lado existe a pressão real dos que vivem o drama da beira das estradas e, de outro, há os dirigentes do MST comprometidos com a sustentação política do governo Lula. A contenção e a explosão das manifestações camponesas está sob o controle dessa direção. O que quer dizer que não há independência política do MST frente ao governo. O “março/abril vermelho” acaba, com isso, esbarrando na ausência de uma direção revolucionária, apoiada no programa da revolução agrária.

A via da reforma agrária por meio das desapropriações, o que implica indenização aos fazendeiros especuladores, mostra seu fracasso. Uma parte dos proprietários que tem suas terras só para acumular patrimônio e que se sentem ameaçados pelas ocupações, oferecem-nas ao Estado a preço de ouro. Um exemplo: o Incra pretende comprar três fazendas em Pernambuco por 6,687 milhões de reais, pagamento quase total em dinheiro, mas sabe que seu valor está 40% acima do real. Pretende usar um decreto que foge da lei da desapropriação para favorecer a empresa que está mal das pernas, a Agropecuária São Boa Ventura e Jaçaná. Esse exemplo é um pingo d’água. Por isso, a reforma agrária por meio de indenização é um negócio rendoso para uma camada de latifundiários. Não por acaso dizemos: a reforma agrária só pode ser arrancada com os métodos da ação direta.

Rechaçar a repressão aos camponeses

A violência contra os camponeses e suas lideranças cresceu enormemente nesses últimos quatro anos. Há uma média de dois assassinatos por mês. O conflito no campo é promovido pela burguesia agrária, que conta com jagunços, leis e a Justiça do Estado.

A impunidade aos crimes dos latifundiários, madeireiros e multinacionais vem de longa data. Conforme agudizam os conflitos, mais se armam para impor o direito à propriedade privada e das terras devolutas e de exploração pelas multinacionais. Chega ao absurdo de encomendar uma pesquisa (Confederação Nacional da Agricultura), que foi realizada pelo Ibope, exatamente no momento do “março/abril vermelho”, que condena as ações do MST. Eis a pergunta tendenciosa: “Na sua opinião, as invasões de terras promovidas pelo MST abalam a

democracia?”. O resultado da coleta deu, é claro, a condenação. Em seguida, pergunta: “o governo deve ou não recorrer à força policial na desocupação das propriedades?”. Metade disse que sim. Isso foi suficiente para os ruralistas da UDR reforçarem a pressão para que o governo puna o MST pelas ocupações.

A repressão à jornada de ocupações dos sem-terra é grande. No Paraná, já foram presos 11. O Ministro Miguel Rosseto (Democracia Socialista) declarou que punirá os que ocuparam a Aracruz. Veja o que diz o ministro socialista de fachada que ocupa o cargo de Ministro do Desenvolvimento Agrário no governo do PT/Lula: “a eles a lei”. O proprietários recorreram à Justiça para a execução do mandado de posse às fazendas ocupadas. Ao mesmo tempo, reforçam a centralização por meio da UDR e contratam jagunços para cumprir suas decisões.

Pôr em pé os comitês de auto-defesa

O movimento sem-terra precisa romper com o colaboracionismo político de suas direções. A ocupação, que é sempre um ato de força de massa, logo vem acompanhada da desocupação, que é um ato de força militar. A resistência à desocupação comparece como mais uma manifestação de heroísmo do que uma ação de organização do movimento. Por isso, a resistência à desocupação acaba sendo isolada, restrita àquela propriedade em conflito. Sabemos que há muita disposição de manter as áreas ocupadas, mas falta uma política de organização da resistência.

A política das direções do movimento, que na maioria são do PT, é de usar a ocupação para pressionar o governo no cumpri-

mento dos assentamentos e, nesse sentido, a desocupação pacífica quando da chegada da polícia também faz parte dessa pressão.

Mas a vitória dos sem-terra depende da ação direta. Ocupar e expulsar os latifundiários é o caminho para obter as terras. Pela via do Estado, os camponeses não terão acesso à terra. Os assentamentos, já mostraram, estão limitados à lei, às indenizações e, portanto, não atenderão os milhares que estão acampados. Não há outra forma senão organizar os comitês de auto-defesa, que preparam a resistência coletiva à desocupação. Por todos os lados, devem se constituir esses comitês, que têm também a função de unir a luta no campo com a luta dos operários.

Salário mínimo vital para todos os trabalhadores

Os mais ricos vivem a custa do suor dos mais pobres

Na última semana, a revista Forbes divulgou sua nova lista dos maiores bilionários do planeta. Considera, para tanto, aqueles com mais de US\$ 1 bilhão (R\$ 2.130 bilhões) em suas contas bancárias. A novidade é que dobrou o número de brasileiros que passou a fazer parte desta lista (de 8 para 16). Entre eles, em primeiro lugar, está Joseph e Moise Safra com um patrimônio de US\$ 7,4 bilhões (R\$ 15.762 bilhões), que está em 69º lugar no ranking mundial. Um dos mais "pobrezinhos" é Constantino de Oliveira Júnior, presidente da Gol (em 698º lugar no ranking mundial), com um patrimônio de US\$ 1,1 bilhão (R\$ 2.343 bilhões). Há, como dito, outros nesta lista com um patrimônio que oscila de US\$ 3,8 (R\$ 8.094 bilhões) a US\$ 1,1 bilhão (R\$ 2.343 bilhões).

Comparado com o salário mínimo estabelecido pelo governo temos que: o menor patrimônio acima mencionado (R\$ 2.343 bilhões) corresponde à cerca de 6.694.286 salários mínimos. O maior patrimônio (R\$ 15.762 bilhões), por sua vez, corresponde à aproximadamente 45.034.286 salários mínimos.

Esse pequeno cálculo reflete a desigualdade social no capitalismo, em que aqueles que detêm os meios de produção (os burgueses) são os que se beneficiam da riqueza que é produzida pelos trabalhadores. A estes últimos só resta, na maioria dos casos, um salário de fome.

Novo piso do DIEESE não resolve a contradição do capitalismo. piso do governo a reforça.

O Dieese lançou o novo piso salarial (de fevereiro): R\$ 1.474,71. A cesta básica que ajuda no cálculo deste *salário mínimo necessário* ficou em R\$ 175,54 para um trabalhador. O Custo Familiar de Alimentação é de R\$ 526,62.

O POR tem alertado que este valor do piso do Dieese considera uma alimentação mínima para o trabalhador e sua família, tanto em quantidade quanto em variedade. Esse organismo utiliza a Ta-

bela de Provisões Mínimas estipuladas pelo Decreto Lei do ano de 1938.

Ainda assim, se compararmos o piso do Dieese com o que foi estabelecido pelo governo e pelas centrais sindicais veremos que o primeiro é superior em 4,2 vezes o valor do segundo. Isso considerando o piso novo, porque se considerarmos o ainda atual R\$ 300,00, a diferença é de 4,9 vezes.

Desta forma, não é possível que o trabalhador possa garantir sua sobrevivência. E, além disso, não é possível que aceitemos uma desigualdade tão gritante materializada na apropriação da riqueza, que se caracteriza pela superexploração do trabalho.

Quem ganha o salário mínimo de miséria no país?

Qualquer que fosse a quantidade de trabalhadores vivendo com um mínimo miserável de R\$ 350,00 já seria uma prova de exploração e, portanto, uma situação inaceitável para o movimento operário. Entretanto, tratam-se de cerca de 23,4 milhões (31,6%) de trabalhadores ocupados que vivem com esse salário, além de aproximadamente 16,6 milhões (cerca de 65%) de aposentados, totalizando 40 milhões. Isso de acordo com pesquisa do IBGE de 2004, pois dados mais recentes, apontam 39,9 milhões de trabalhadores da ativa e cerca 15 milhões de aposentados ganhando até um salário mínimo (500 mil aposentados ganham menos que isso).

Segundo, ainda, a pesquisa do IBGE, há no país 73.881.704 trabalhadores empregados. Considerando as várias regiões, temos os seguintes dados de trabalhadores que ganham até 1 salário mínimo:

- Nordeste: 10.308.059 (44%)
- Sudeste: 7.116.483 (30%)
- Sul: 2.524.798 (12%)
- Norte: 1.987.531 (8%)
- Centro-Oeste: 1.418.619 (6%)

Esses números são significativos de uma maneira geral e também dentro de cada região. No Nordeste, por exemplo, esse número de trabalhadores corresponde a 57,7% do total da região (17.857.546). No Norte, corresponde a 37,4% do total (5.319.966). No Cen-

tro-Oeste, corresponde a 25,1% do total (5.656.747). O impacto só é menor, e assim mesmo muito grave, na região Sudeste, em que corresponde a 21,6% (total de 32.922.822), e Sul, com 20,8% (de um total de 12.124.623).

Todos esses números servem para mostrar que a desigualdade social combina-se com a desigualdade regional do país. Essa é, na verdade, uma característica típica de um país semicolonial, como o nosso, cuja independência formal (política) esconde uma total dependência econômica.

Quanto aos setores a que pertencem os trabalhadores que ganham salário mínimo, pesquisas do Dieese (sobre pisos salariais negociados no primeiro semestre de 2005) dão uma idéia de onde se paga essa miséria. Em primeiro lugar, a maioria dos pisos (52%) negociados ficaram na faixa de 1 a 1,5 salário mínimo. Tanto no comércio como na indústria 27% das negociações de piso ficaram nessa faixa. No setor de serviços, foram 16% das negociações analisadas.

Na indústria foi onde se estabeleceu o menor valor, pois a maioria das negociações (32,5%) definiu piso na faixa de 1,26 a 1,50 salário mínimo. No comércio, as maiores negociações foram de 1,00 a 1,25 salário mínimo (27%) e 1,26 a 1,50 salários (27%), igualmente. Somente no setor de serviços, 34% das negociações definiram piso maior que 2 salários mínimos.

Esses resultados demonstram que, na melhor das hipóteses (setor de serviços), paga-se menos de R\$ 900,00 para os trabalhadores e, na pior das hipóteses (comércio e indústria), paga-se de R\$ 441,00 a R\$ 525,00. Considerando o valor do Custo Familiar de Alimentação do Dieese, de R\$ 526,62, verifica-se que são poucos os que poderão adquirir uma cesta básica.

Em resumo, de acordo com essa pesquisa, a média dos pisos salariais dos setores é: serviços, com 1,91 salário mínimo; comércio, com 1,66 e indústria, com 1,47. Os pisos salariais iguais ou superiores a 1,5 salário mínimo são: na indústria 43,2%; no comércio, 46,2%; nos serviços, cerca de 65%. Conclusão do próprio órgão de pesquisa: mais da metade dos valores estão na faixa de 1 a 1,5

salário mínimo e cerca de 86% não ultrapassam 2 salários mínimos.

Essa situação perversa se expressa em outros países semicoloniais da América do Sul, demonstrando como as burguesias nacionais são subservientes ao capital estrangeiro. Enquanto no Brasil o novo salário mínimo será de R\$ 350,00, no Paraguai é de R\$ 352,00, no Chile de R\$ 440,00 e na Argentina R\$ 456,00. Ainda assim o piso brasileiro é o mais baixo.

A desigualdade social é própria do capitalismo. Lutar pelo salário mínimo vital é colocar o capitalismo em xeque.

Dados do Ministério do Trabalho revelam que o número de trabalhadores ocupados no país que pertencem às esfe-

ras públicas são 7,2 milhões no país. Destes, 5,8%, isto é, 422 mil ganham um salário mínimo. Desta forma, a maior parte dos trabalhadores brasileiros que recebem um salário de miséria é da área privada. O que desmonta o argumento de que o aumento do salário mínimo não pode ser alto porque quebraria o Estado.

A defesa do salário mínimo vital é parte de um conjunto de reivindicações transitórias que visam, de um lado, defender a vida das massas exploradas (sua sobrevivência e de sua família) e, de outro, impulsionar a luta pela superação da sociedade capitalista. Quanto mais os trabalhadores lutam pelo salário mínimo vital, mais se conscientizam da exploração de sua força de trabalho e reconhecem que esta sociedade não pode lhes garantir nada.

O POR defende o salário mínimo vi-

tal a ser calculado e aprovado pelas assembleias de base. Para materializar sua proposta reivindica que o valor do mesmo não seja inferior a R\$ 2.500,00, que é o mínimo que uma família de 4 pessoas precisa para sobreviver. Não cabe aos trabalhadores, diante da desigualdade social aceitarem um piso salarial arrojado. A burguesia não abre mão da defesa de seu lucro e de seu luxo, isto é, de seus interesses. Cabe aos trabalhadores também defenderem os seus interesses, tomando para si a tarefa de calcular o salário de que precisam para viver.

DEFESA DO SALÁRIO MÍNIMO VITAL PARA TODOS OS TRABALHADORES!

ABAIXO OS SALÁRIOS MISERÁVEIS DOS GOVERNOS E PATRÕES!

Rondônia:

Responder com luta à destruição da escola

As aulas das escolas municipais de Porto Velho iniciaram no dia 06/02 com salas superlotadas e muitas outras faltando professores. Por isso, os alunos para os quais a secretaria municipal de educação não contratou professores, estão indo para a escola e voltando para casa sem aula. Como a farsa de que está preocupado com falta de escolas para os filhos dos trabalhadores, empregados e desempregados, o prefeito do PT, Roberto Sobrinho, disse que nenhuma criança ficaria fora de sala de aula. Mas não contratou professores e só fez o chamado para entrega de currículos para seleção de professores às vésperas do início das aulas.

Mesmo assim, as poucas turmas atendidas por professores não titulares da sala de aula são professores contratados para atividades de hora-extra, recebendo em torno de 40% a menos que o salário de um professor titular, que já corresponde a um salário de fome.

Já é março e muitos alunos estariam sem aulas se não fossem os professores efetivos que assumiram algumas destas turmas como hora-extra, en-

quanto não chegam os professores que irão ser contratados em regime emergencial, por seis meses até abrir o concurso público, igualmente explorados com salários diferenciados dos professores efetivos, que, repetimos: é um salário de miséria.

Os trabalhadores municipais de educação estão sem reajuste salarial desde o tempo do prefeito Guedes (PSDB), cujo secretário de educação na época era o atual prefeito do PT/Roberto Sobrinho, o qual na gestão imediatamente anterior a gestão do prefeito Guedes era presidente do Sindicato dos Trabalhadores de educação do estado de Rondônia – Sintero. Ao ganhar o comando da prefeitura de Porto Velho, tem no sindicato um aliado em favor dos seus interesses e por isso no ano de 2005 ele concedeu uma esmola a todos os funcionários municipais e a direção do Sintero busca vencer a base a voltar para casa sem fazer nenhuma resistência, tomando como referência as promessas do seu secretário de administração Joelcimar, feita em reunião com os docentes municipais e a diretoria do sindicato. Disse que se houvesse uma boa

arrecadação poderia conceder mais algum percentual até o final do ano, o que não aconteceu. Vejam, ao invés de “cumprir a promessa de aumento até o final do ano passado”, o que aconteceu foi a redução do nosso quinquênio pela metade: segundo o prefeito, foi uma medida do Ministério Público. E quem tinha de receber o retroativo do quinquênio ficou também na promessa para este ano.

Está claro que o prefeito não recuará em seus ataques senão com a luta direta unificada de todos os trabalhadores da educação municipal, estadual e federal contra a destruição do ensino público em todos os níveis, que fazem parte da reforma do ensino do governo Lula/PT e seus antecessores que orquestram as vontades do FMI e do imperialismo via projeto neoliberal.

Este ano precisamos fazer nossos cálculos de acordo com o atendimento as nossas necessidades, que é o salário mínimo vital. A Corrente Proletária da Educação defende o salário mínimo vital de R\$2.500,00, para atender a uma família de no máximo quatro pessoas.

Greve dos Professores de Fortaleza

No dia 16/03, os professores da rede municipal de ensino, em ato em frente à Prefeitura, decidiram entrar em greve por tempo determinado, até o dia 21/03. É a segunda greve do magistério municipal em menos de 1 ano e meio de mandato Luizianne. Os professores fizeram uma manifestação saindo do CH da UECE, indo até a sede da Prefeitura, esperando serem recebidos pela prefeita do PT. Os professores reivindicam que a Prefeitura cumpra os acordos firmados na última greve, tais como: incorporação e pagamento de janeiro e fevereiro dos aditivos, implantação imediata dos anuênios, suspenso desde 2003, eleições para diretores de escola, que a prefeitura havia prometido em princípio para março com posse dos diretores para abril (e que agora estão completamente sem previsão), revogação imediata dos vales-transportes eletrônicos, encaminhamento dos mais de 4200 processos de solicitação das ascensões funcionais, atestado médico etc. Até agora, as únicas reivindicações atendidas foram a implantação do realinhamento do nível D05B e a convocação de 39 orientadores de aprendizagem.

Houve duas manifestações na prefeitura e uma audiência marcada com a Secretária de Educação do Município, Ana Maria Fontenele, que não resultaram em nada. A verdade é que a prefeita Luizianne se recusa a receber os professores e encaminhar as reivindicações. Na audiência do dia 08/03, com a SEDAS, e na Assembléia da categoria do dia 09/03 ficou claro que a direção do **Sindiute** (corrente *O Trabalho* do PT) tentou sabotar a luta dos professores dizendo que o principal ponto da pauta, a incorporação dos aditivos, estaria resolvida em 17/04, com a publicação em diário Oficial de um listão com nomes dos professores contemplados, quando foram desmentidos por professores que também participaram da audiência e afirmaram o contrário. A verdade é que a direção do SINDIUTE não mobilizou em nenhum instante contra a proposta do Passe Card, recusando-se a fazer atos unificados com outros sindicatos e a Conlutas; apostou na divisão do movimento e o resultado está sendo a implementação do Passe card.

A Tarefa dos professores e dos grupos de oposição é lutar para:

Que a comissão represente a base dos professores,

Que haja unificação com outros setores, principalmente os professores da rede estadual

Que seja criado um **Comando de Greve** para que a base decida os encaminhamentos!

A Prefeita Luizianne informou por meio de seus asseclas que, se a greve saísse, as negociações estariam suspensas. A SEDAS tem orientado as direções de escola a entregar os nomes dos professores grevistas. Nada mal para uma gestão que se diz 'popular e 'socialista' e que promete perseguição tal qual a da era Ju-raci!

A partir das assembléias, dos Zonais e das manifestações percebe-se que a adesão é maior que a última greve de setembro/2005, os professores têm demonstrado disposição de luta, embora rejeitem ainda uma maior radicalização para forçar a negociação da Prefeitura. O caminho da vitória passa pela radicalização do movimento e agora mais do que nunca da construção de uma verdadeira direção de luta e combativa. A corrente proletária trabalha para isso!

Rede estadual de ensino: Ataques do governo e paralisia dos Sindicatos

Os professores e servidores públicos estaduais foram surpreendidos neste início de março com o recebimento de apenas metade dos vales-transportes. O governo do estado informou que o restante dos vales virá na forma de Passe-Card. Ao mesmo tempo, milhares de professores temporários estão sem receber salários desde janeiro. A previsão inicial de que esses trabalhadores receberiam no início de abril não foi confirmada, portanto, não há previsão para recebimento de salários. O governo Lúcio (PSDB) que já anunciou oficialmente que

concorre à reeleição, pretende ainda a implantação da avaliação desempenho que oferece gratificação de 40% para apenas 60% dos servidores e professores com possibilidade de demissão para aqueles que ficam abaixo do desempenho esperado. Como se não bastasse tudo isso, a previsão orçamentária do governo é de conceder entre 3,5% e 5% de reajuste salarial para a categoria cujas perdas nos últimos anos ultrapassam 70%!

Como se vê são muitos os ataques, no entanto o Sindicato APEOC (PT/Independentes) etc não tem levantado um

dedo contra esse conjunto de ataques. Não há convocação de assembléias ou campanha salarial, o que deixa Lúcio Alcântara de mãos livres para implantar sua política de arrocho salarial e a fim do vale em papel.

A situação do magistério tende a piorar cada vez mais. A saída é que professores e servidores exigiam de imediato a convocação de assembléia pela APEOC para aprovar um plano de lutas que recupere as perdas salariais e rechace o Passe Card e a Avaliação desempenho, e garanta o pagamento dos temporários.

Adquira com o distribuir deste jornal: Textos sobre a Tática - Marx, Lenin e Trotsky

Este material serviu de base para a Escola de Quadros realizada em nossas conferências regionais

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

A greve na PUC-SP

Reproduzimos abaixo o boletim da Corrente Proletária Estudantil na PUC

Nossa greve mostrou o caminho da luta contra a intervenção da Igreja

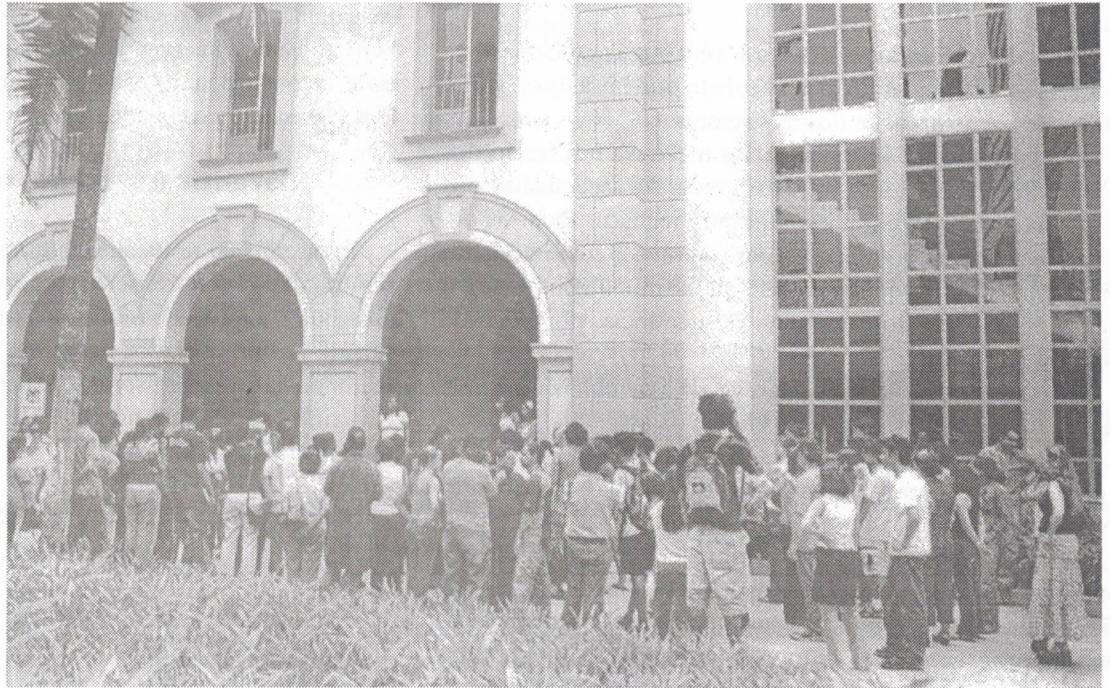
O alcance de nossa luta

A greve foi parcial, mas cumpriu um importante objetivo: resistir à intervenção e à mercantilização e de denunciar o compromisso das forças contrárias à paralisação com as demissões. Os estudantes combativos e mais conscientes assumiram a frente da defesa da democracia e autonomia universitárias. Assumimos ativamente a mobilização, rebatemos as pressões da direita estudantil, identificada com os centros acadêmicos de direito e economia. Trouxemos professores demitidos em manifestações para mostrar a violência das demissões. Mostramos a conivência da Reitoria com a intervenção e sua responsabilidade com as demissões. Está aí o saldo positivo da greve parcial de dois dias.

As forças perante a greve

Os professores mostraram-se comprometidos com a intervenção, a exceção de uma pequena parcela que aderiu à greve. Expressaram assim constituir uma casta de conservadores e reacionários. Suas posições favoráveis às demissões - ou por defendê-las, ou por não lutar contra elas - acabaram se traduzindo na prática em apoio à intervenção. Seu conservadorismo refletiu o lugar que ocupam na universidade, fazendo parte da burocracia acadêmica e da reprodução da ideologia da classe dominante.

Os funcionários não entraram em greve, mas por outra razão. Depois de sofrerem demissões em massa, diante da evidente oposição dos professores à paralisação e da falta de experiência com uma greve estudantil, não confiaram nas possibilidades de um movimento de fato unificado.



Estudantes, professores e funcionários se mobilizam contra a intervenção e as demissões

Os estudantes, por sua vez, se mostraram divididos, ou pela ação da direita, com auxílio de professores, ou por não compreenderem o sentido da greve. A parcela combativa decidiu enfrentar essa situação adversa. No entanto, não teve condições para arrebentar a camisa de força dos professores e dos estudantes dirigidos pela direita. Não pôde consolidar a greve nas bases vacilantes. E não teve como modificar o temor dos funcionários.

Por essas razões, a greve foi parcial no primeiro dia 15/3, perdeu força no segundo e no terceiro já não havia paralisação. O comando de greve trabalhou incessantemente e com determinação para que a greve ganhasse proporção, mas as forças estavam limitadas à parcela combativa e politizada.

O fundamental é que a greve mostrou ser o único caminho para acabar com a intervenção e frear o plano de mercantilização da universidade elaborado pela Igreja. Colocamos um marco de resistência por meio da luta e pelas bandeiras de defesa do ensino público e gratuito. É preciso manter a organização da camada que se mobilizou e fazer um trabalho de ampliação das conquistas

políticas da greve. Os ataques da Fundação serão mais profundos ainda no futuro próximo. As assembleias de curso e a geral deverão continuar a ser o instrumento político e organizativo da luta.

Sem dúvida, será necessário um balanço crítico e autocrítico dos erros cometidos. Só assim poderemos fortalecer a direção combativa do movimento contrário à intervenção e à mercantilização.

A paralisação parcial serviu para denunciar a intervenção da Igreja, mostrar que os interventores ampliarão a via mercantil e que sem a luta pelo ensino público e gratuito não haverá solução progressiva para a crise da PUC.

Não houve uma assembleia para avaliar o movimento e fazer o recuo organizado da greve. Está marcada para o dia 21/3, mas já sem qualquer paralisação. Não resta dúvida que foi certa a decisão sobre a greve, mas é necessária uma avaliação crítica e autocrítica quanto às posições que se apresentaram e dirigiram o movimento.

No próximo jornal Massas apresentaremos um balanço acabado, considerando as discussões da assembleia de avaliação.

Publicamos abaixo o Boletim da Corrente Proletária da Educação divulgado na assembléia do dia 9 de março.

Greve unitária e manifestações de massa: única resposta possível

Com os estudantes na universidade a situação de luta muda.

A Reitoria e a Fundação demitiram em massa funcionários e professores, aproveitando as férias. Fato que impediu imediatamente a reação grevista dos três setores.

As assembléias dos funcionários mostraram o receio dos trabalhadores saírem sozinhos em greve. As assembléias dos professores não estiveram à altura para rechaçar todas as demissões e entrarem organizados para a greve logo no primeiro dia de aula. Mas a pequena parcela que se mobilizou resistiu o quanto pôde, fazendo campanha de denúncia, por meio da Afapuc e Apropuc.

A proposta do indicativo de greve, da assembléia unificada e do ato massivo para sexta-feira vieram da assembléia unificada de funcionários e professores. O que foi um importante passo para incentivar nossas assembléias estudantis e para manter em pé a proposta de greve.

Agora, com nossa participação estudantil, é possível modificar a situação de dificuldade, mas depende de uma política e uma ação corretas para dar confiança aos funcionários e romper os laços dos professores com a burocracia universitária, que promoveu o chamado pacto de demissão sob o comando da Reitoria.

Nossa proposta

Esta assembléia universitária deve convocar funcionários, pro-

fessores e estudantes para aprovar a greve numa próxima assembléia unificada a ser decidida logo no começo da semana. Objetivo: Fim imediato da intervenção, readmissão dos demitidos, democracia e autonomia universitárias e campanha pela estatização da PUC. Formar um comando de organização do movimento

Garantir a unidade na mobilização

A assembléia universitária que decretará a greve deve ser representativa dos três setores. É preciso enfrentar os seguintes obstáculos: 1. Vencer o receio de parte significativa de funcionários de ficarem isolados na greve; 2. Vencer o imobilismo da maior parte dos professores, que aceitaram a via das demissões e sacrificaram colegas no pacto de demissões; 3. Conquistar a unidade dos estudantes.

A responsabilidade política do movimento estudantil

Nós estudantes poderemos parar a PUC e nos mostramos aliados dos trabalhadores se alcançarmos capacidade de mobilização unitária. Está claro que só a greve ativa poderá dar um basta na intervenção da Fundação\Igreja e retroceder as demissões.

Toda força à luta grevista!

Por uma decisão unitária na assembléia universitária!

Funcionários da Educação – São Paulo

Governo Geraldo Alckmin não paga salários de funcionários contratados pelas Cooperativas e APMs

A FDE teria de fazer o repasse do dinheiro para pagamento dos funcionários contratados até final do mês de fevereiro, para que as APMs e as cooperativas fizessem o pagamento até o quinto dia útil do mês de março, porém, até o dia 19/3/2006, a FDE ainda não repassou o dinheiro. Os contratos temporários são de péssima qualidade, salário mínimo sem nenhum tipo de benefício social, as cooperativas contratam com a verba do dinheiro público, muitas vezes pagam menos que o salário mínimo e para isto não registram em carteira, eliminando direitos trabalhistas. Aí está a política de precarização total do trabalho dentro da escola. Há oito anos, o governo Alckmin vem implementando a destruição dos postos de trabalho e dos salários. O atraso no pagamento dos funcionários contratados, para a FDE, é um mero atraso na transferência de verbas. Para o trabalhador que ganha 260,00, no máximo 300,00, é a destruição de parte de sua vida.

Nas escolas, estes funcionários passam despercebidos diante dos olhares dos funcionários públicos, cada qual com os seus problemas, porém nossos problemas são os mesmos, salários arrochados, demissões, sobre carga de trabalho, então está na hora dos trabalhadores em educação se unirem para lutar contra essa política que precariza os salários e os destrói.

A Necessidade da unidade de funcionários da educação com os contratados

Nós, funcionários públicos que trabalhamos dentro das escolas e das diretorias de ensino, sabemos que a destruição de nossos postos de trabalho foi grande, o governo PSDB desde 1995, utilizou-se de artimanhas para diminuir o número de funcionários. Para isto, fez PDVs (programa de demissões voluntárias), eliminou cargos, não abriu nenhum concurso público amplo para suprir os cargos de aposentadorias e espera agora a idade cada vez mais avançar para que o restante dos funcionários que estão dentro das escolas se aposentem, e assim estas formas de contratos sem registro em carteira e por um salário de fome predominar.

Esta política nefasta do governo precisa encontrar uma barreira, que só com nossa unidade poderá acontecer.

Para isto é preciso discutir nos locais de trabalho esta situação, exigir das direções sindicais a unidade, e exigir do governo a efetivação (estabilidade para todos que estão trabalhando na escola), salário igual para trabalho igual e todos os direitos trabalhistas.

Privatismo e autoritarismo na universidade

Os choques de estudantes, professores e funcionários contra as medidas de ofensiva privatista e destruidora do ensino têm ressaltado a administração autoritária existente nas universidades. Na verdade, se evidencia o papel da casta de professores dirigentes (burocracia universitária), que age como instrumento dos governos e do poder econômico no interior da universidade, contra as necessidades e interesses dos que estudam e trabalham.

A atual universidade de classe, construída e manejada pela burguesia, lhe tem serventia como formadora de mão-de-obra qualificada e de uma intelectualidade defensora do regime de exploração de classe. A crise do capitalismo tem obrigado os governos burgueses a agirem no sentido de tornar os serviços sociais públicos em instrumento para sustentar a lucratividade do capital. Ou seja, torná-los mercadoria, passível de ser submetida à relação dinheiro-mercadoria-dinheiro, que permite a valorização de capital. A educação tem permitido grandes ganhos de capital a alguns capitalistas donos de faculdades particulares. Ao longo das últimas décadas, formaram-se gigantes do ensino superior, com dezenas de milhares de estudantes, que se tornaram clientes dessas empresas da educação. Enquanto as faculdades particulares se multiplicavam, o ensino público foi, primeiramente, sucateado pela falta de investimento, ao ponto de se ver reduzido de mais de 70% a menos de 30% das vagas. Hoje, o restante do ensino público é privatizado através de fundações, que compram, com salários e bolsas, uma camada de professores, funcionários e até estudantes, de modo a submetê-los à ideologia privatista. O privatismo foi se fortalecendo com as medidas dos governos, o crescimento e fortalecimento do capital ligado à educação, com a compra de toda uma camada da academia e com a falta de combate das organizações estudantis e de professores ao privatismo.

As medidas privatistas, porém, são contraditórias com os interesses e necessidades da grande maioria dos estudantes, professores e funcionários. Principalmente, são contraditórios com o anseio de acesso da população explorada à educação em todos os níveis, pois o privatismo implica a exclusão da maioria empobrecida. É por isso que têm de ser implementadas de forma autoritária, pela minoria dirigente da universidade, manejada pelos governos e pela burguesia.

Dessa forma, as lutas pelas reivindicações dos que estudam e trabalham na universidade levam ao choque com a burocracia universitária. O problema da democracia universitária se coloca de forma concreta quando se liga às lutas pelas reivindicações. A maioria dos problemas que os estudantes, professores e funcionários levantam estão ligados à necessidade de a Universidade conquistar do Estado as verbas necessárias ao seu funcionamento, e poder deliberar democraticamente sua utilização. Ou seja, se ligam à verdadeira autonomia universitária e ao poder dos que estudam e trabalham. Dessa forma, a bandeira de ensino público e gratuito para todos se liga à autonomia e à democracia universitárias.

Essa luta tem um caráter democrático: o direito de acesso à educação em todos os níveis para todos. Mas o capitalismo não tem como realizá-la. As necessidades de valorização artificial do capital num quadro geral de grande dificuldade de fazê-lo por meio apenas da exploração do trabalho assalariado obrigam a classe dominante a agir no sentido oposto: o de tornar o acesso à educação passível de compra, que só pode se realizar por quem tem recursos para fazê-lo. Como as tendências próprias do capitalismo são de aumento da população miserável, a exclusão à educação mercantilizada tende a se ampliar.

A luta pelo direito democrático de acesso à educação em todos os níveis se choca contra o capitalismo. Empurra os estudantes, professores e funcionários para o confronto contra governos e burguesia. Coloca-se a necessidade de unidade com os explorados contra os exploradores.

A conquista do livre acesso, da autonomia e do poder dos que estudam e trabalham coloca a possibilidade dos explorados agirem sobre a universidade, destruindo os vínculos com a minoria parasita e transformando-a profundamente. A política proletária para a universidade se fundamenta nesse objetivo: destruir a universidade de classe burguesa pela ação do proletariado, que fará da universidade instrumento da maioria trabalhadora.

Hoje, a maioria dos que estudam e trabalham na universidade é da pequena burguesia. Essa base material favorece a proliferação das correntes políticas pequeno burguesas. Desde as mais conservadoras até as mais radicais. Em comum, todas se colocam pela preservação da universidade de classe. A maioria reformista prega a democratização das estruturas burocráticas de poder (maior representação de estudantes e funcionários, paridade), a mudança de "foco" do ensino e pesquisa (voltá-los ao utópico desenvolvimentismo capitalista), o reforço das atividades assistencialistas da universidade (chamadas de "extensão") e o caráter "público" do ensino (sustentado pelo estado burguês). Ao mesmo tempo, sustentam o direito de existência do ensino privado, reivindicando a convivência entre ambos. Essa política tem levado à anulação de uma resistência conseqüente aos ataques privatistas e ao esvaziamento da mobilização pela democracia universitária.

Em relação ao poder na universidade, a bandeira de cogestão com a burocracia autoritária torna os movimentos submissos à disputa interburocrática, ao tornar o movimento estudantil dependente da ação de parte dos professores.

A burocracia universitária é de fato uma minoria que age contra os estudantes e funcionários e também contra a maioria dos professores. Mas dentre os que estudam e trabalham, há grandes diferenças, fundamentalmente quanto aos interesses materiais em questão. A burocracia é formada a partir de uma rede de corrupção, que vai desde a distribuição de verbas para universidade até o controle de carreiras, projetos de pesquisa e do ensino. A casta privilegiada detém o poder político através de mecanismos econômicos e burocráticos. Mas esses interesses também pesam sobre a maioria dos professores. Qualquer professor que queira se chocar contra a burocracia, terá de levar em conta suas aulas, seus projetos de pesquisa, sua bolsa, sua carreira, as bancas para si e para futuros ingressantes na área e até mesmo os interesses de seu grupo (orientandos, bolsistas de iniciação etc.). É por isso que, ainda que seja oprimido pela casta burocrática, a maior parte dos professores rejeita a luta contra a burocracia e os governos. Em geral, seus interesses materiais falam mais alto e levam a agir de forma reacionária.

Os funcionários não têm as mesmas aspirações de professores, mas também têm interesses materiais corporativos: carreira, salários etc. A bandeira de *ensino público para todos* não decorre de suas relações com a universidade, embora possa ser assumida no decorrer da mobilização.

São os estudantes, pelas suas relações concretas com a universidade, por não terem interesses corporativos, os que podem formular as bandeiras democráticas e os métodos de luta capazes de projetar a luta do interior da universidade para o conjunto da sociedade. É o movimento estudantil que, ao assumir massivamente os métodos de luta do proletariado, abre caminho para a unidade com

os explorados contra os exploradores.

A unidade estudantil decorre de suas reivindicações comuns. É na mobilização por essas reivindicações que os estudantes vão percebendo, pela própria experiência, a necessidade da luta contra a burguesia e seus governos.

A situação contraditória em que vivemos hoje é o fato da ofensiva governamental e capitalista contra a educação desencadear mobilizações massivas dos estudantes, que muitas vezes se fundem com as de professores e funcionários, mas que esbarram no domínio ideológico do privatismo, no controle burocrático do reformismo e na falta de intervenção da classe operária em relação à educação.

O domínio do privatismo tem raízes nos vínculos de toda uma camada de professores e estudantes com o capital. Mas também vigora pela ausência de uma luta sistemática contra ele e em defesa do estatismo pelas organizações gerais de estudantes e professores (UNE, sindicatos). E a ausência de ação da classe operária está ligada ao corporativismo burocrático de suas direções, ganhas ideologicamente pelo capitalismo, e que se negam a defender até mesmo as mínimas condições de existência dos trabalhadores (emprego e salário), menos ainda o direito aos serviços sociais públicos, que constituem salário indireto.

A luta dos que estudam e trabalham contra as medidas privatistas tende a crescer. Se isso já tem acontecido nas universidades

públicas, também ocorrerá nas privadas. O caso da PUC não será uma exceção. A mercantilização do ensino o submete às leis do capitalismo, dentre elas a da concentração de capitais e mercados, e a do esgotamento de mercado. O Brasil capitalista atrasado não tem uma economia que seja capaz de formar uma classe média numerosa o suficiente para ingressar em massa nas universidades particulares, pagando suas mensalidades. O grande número de vagas "ociosas" das faculdades particulares, agora subsidiadas pelo Pró-Uni do governo Lula, denunciam que o mercado começa a se esgotar. A formação de conglomerados prova a tendência à concentração de capital e impossibilidade de sustentar a expansão do ensino pago por meio de implantação de pequenas faculdades. A questão da estatização se colocará como única alternativa às medidas de destruição mercantil do ensino (salas superlotadas, exclusão de inadimplentes, cursos à distância etc.). Somente a força da mobilização poderá dar uma saída positiva a essas tendências.

A defesa das reivindicações dos que estudam e trabalham pela mobilização ajudam a fortalecer a luta pelo ensino público e gratuito, a real autonomia universitária, o poder dos que estudam e trabalham (assembleia universitária, maioria estudantil) e a unidade com o proletariado. É construindo uma fração revolucionária no interior da universidade, que se fundamente no programa proletário, que se avançará nessa direção.

Metalúrgicos do ABC

O estatuto da comissão de fábrica negociado entre empresa e sindicato é um ataque à organização dos trabalhadores

De três em três anos acontecem eleições para a comissão de fábrica na Volks. Antes das eleições a coordenação da comissão de fábrica, que por enquanto está nas mãos da chapa um, negocia com a empresa o estatuto que regulamenta a comissão de fábrica para os próximos três anos.

O objetivo desta matéria é denunciar este estatuto que, ao nosso ver, é uma verdadeira arma que a coordenação chapa um entrega para a empresa e que ela utiliza para punir com advertência, suspensão e até demissão os representantes eleitos para a comissão de fábrica e os próprios trabalhadores, sempre que estes se organizam e realizam qualquer tipo de ação em defesa de seus direitos ou lutam por melhores condições de trabalho.

Apresentaremos abaixo alguns artigos e cláusulas do estatuto que está em vigor. Aceitar este estatuto é a mesma coisa de ir para uma guerra e prometer ao inimigo que não irá atirar contra ele.

O art. 28 diz: "poderão ocorrer assembleias ou reuniões internas desde que não coincidam com a jornada de trabalho, devendo ser encerradas com antecedência necessária para apresentação do empregado ao posto de trabalho sem prejuízo ao início da jornada".

O parágrafo 2º do art. 28 diz: "caso as reuniões ou assembleias venham a invadir a jornada de trabalho, os empregados terão as horas descontadas, e os representantes receberão o devido tratamento disciplinar".

O art. 5º II diz: "aplicação das medidas disciplinares: A. Advertência formal; B. Suspensão do trabalho; C. Demissão por justa causa".

Não temos dúvidas que, se não existisse o estatuto, a empresa tentaria punir os trabalhadores e seus representantes sempre que estes se rebelassem contra sua exploração. O pro-

blema é que, ao concordar e assinar o estatuto, a coordenação está aceitando as punições e as condições impostas pela empresa.

A coordenação não tem de negociar e assinar nenhuma cláusula que a empresa possa usar para punir os representantes e trabalhadores. A coordenação tem de discutir o estatuto e suas cláusulas com os trabalhadores, pois estes é quem devem decidir o que deve e o que não deve ter no estatuto.

Se existir necessidade ou não de fazer reuniões ou assembleias e se elas irão ou não ser durante a jornada, os trabalhadores é quem deve decidir, conscientes que estarão defendendo seus interesses. Como a coordenação pode assinar um acordo com a empresa que diz que, se o representante parar a produção, ele e os trabalhadores serão punidos? Está errado. O papel do representante é defender os interesses dos trabalhadores e todos nós sabemos que a empresa só atende as reivindicações quando paramos a produção. Um exemplo é a falta de EPI's que existe na fábrica. O operário faz o pedido e demora vários dias, semanas pra chegar, isso quando chega. Quem é o culpado? A fábrica. O que deve ser feito? Parar. O trabalhador não pode trabalhar sem EPI. O encarregado está pressionando e aumentando a velocidade da linha, o que deve ser feito? Parar. Ou colocam-se mais trabalhadores ou se diminui a velocidade da linha. Essa é a luta diária, portanto, o único acordo que a coordenação deve fazer é com os trabalhadores, defendendo a unidade de todos contra a exploração capitalista.

O Nossa Classe defende:

Um sindicato de luta, classista, independente dos patrões e do governo, que organize as comissões de fábrica independentes, eleitos pelos operários e controlada pelas assembleias de fábrica!

Nesta edição:

- Bolívia: A proposta de educação do M.A.S. é apenas um verniz indigenista da Reforma educacional do Banco Mundial
- Governo promete revogar a lei da reforma educacional do Banco Mundial
- Juventude francesa sai às ruas contra precarização do trabalho
- Oriente Médio: barril de pólvora prestes a explodir

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Bolívia

A proposta de educação do M.A.S. é apenas um verniz indigenista da Reforma educacional do Banco Mundial

Temos em mãos um documento intitulado “programa de governo: educação e cultura”, elaborado pela comissão nacional de educação e cultura do MAS. Segundo os autores, trata-se de um documento trabalhado e tem duas partes: a primeira pretende fazer uma análise do “papel da educação e as culturas no contexto nacional” e a segunda apresenta – segundo seus autores – as “bases, programas e estratégias para a refundação da educação e a revalorização da cultura”. Nosso propósito é comentar criticamente, nesse número do MASSAS (e por razões de espaço), a primeira parte deste documento; o comentário da segunda parte o faremos posteriormente.

I. Denuncia que na Bolívia subsiste “uma visão hegemônica” sem ter em conta “a identidade dos povos originários...” Afirma que persiste “uma lógica colonial... que impõe formas de pensamento, filosofias, valores” etc. Frente a esta realidade propõe “o desenvolvimento e fortalecimento de pensamento educativos e pedagógicos a partir de nossa identidade”... Propõe transformar as culturas nativas em “catalizadores e articuladores das políticas de Estado”.

Não resta dúvida, na Bolívia existe não só uma “visão hegemônica” e uma “lógica colonial” mas também uma prática de dominação e opressão das nacionalidades nativas. Lembremos aos teóricos do MAS que vivemos em uma sociedade dividida em classes, umas

possuidoras dos grandes meios de produção, outras pequenas proprietárias e uma classe social despossuída de toda forma de propriedade. As multinacionais e a classe dominante nativa, por concentrar em suas mãos a grande propriedade privada, são também donos do poder político e impõem às demais classes oprimidas e exploradas sua cultura. Portanto, a causa da “visão hegemônica” e de “uma lógica colonial” imperante é econômica e não somente cultural, como sugere o documento.

Adquira com o distribuidor deste jornal:

Perspectivas da luta Revolucionária na Bolívia

Resoluções do Congresso do POR boliviano - 2006

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

O grave é que se afunda em um subjetivismo comum à reforma educacional do Banco Mundial, a todas as correntes educacionais indigenistas (Wuarista) e ao clero quando coloca, sobre esta realidade social classista, “o desenvolvimento e fortalecimento de pensamentos educacionais e pedagogias nacionais desta nossa identidade...” O subjetivismo chega ao infantilismo quando assinala que “nossas culturas se constituíam em catalizadores e articuladores das políticas do Estado”. Ou seja, que a educação e a cultura devem ter a missão de definir a forma do Estado e da economia na sociedade.

Para acabar com a opressão classista e colonial devemos acabar com a propriedade privada dos meios de produção, fundamento da existência das classes e nações opressoras e oprimidas, e transformá-la em propriedade social. Lamentavelmente, o MAS não chega até aí e se limita a jurar que respeitará a propriedade privada e o lucro dos poderosos.

II. Afirma que “a pobreza não só se acrescenta mas também adquire múltiplas dimensões e expressões: carência de recursos econômicos, desemprego, não reconhecimento de identidade cultural e de gênero” etc”; que a causa da pobreza é a “acumulação irracional do capital” e que a educação é “outra manifestação da desigualdade” como exclusão e discriminação das nacionalidades, sexo etc. Portanto, propõe constituir uma educação com “igualdade de oportunidades

para todos”.

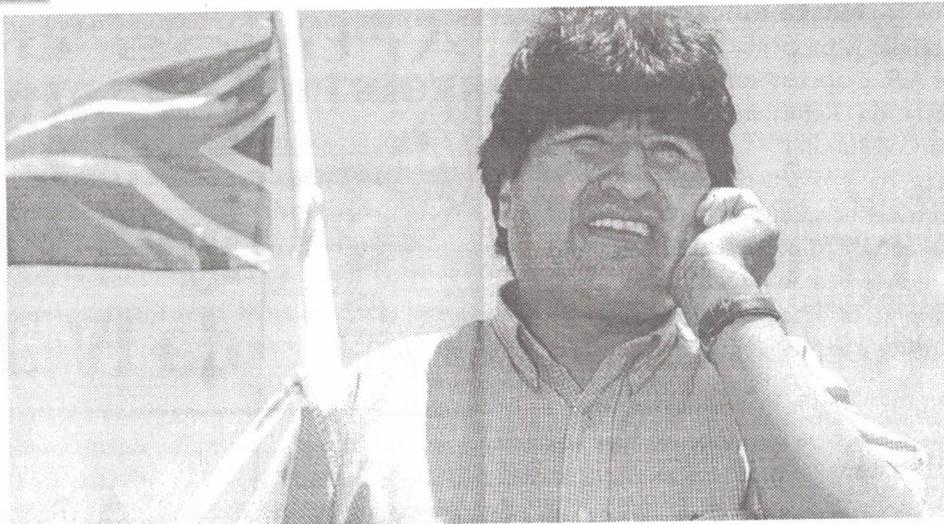
Não é possível construir uma educação com “igualdade de oportunidades para todos” em um sistema social em cuja base econômica se encontra a separação da força de trabalho (homem despossuído da propriedade) dos meios de produção (que é a propriedade de um reduzido grupo de exploradores); em uma realidade onde, no campo, a pequena propriedade arrendada da terra é a causa do atraso e da fome das nacionalidades. *Para construir uma nova educação que transforme integralmente o ser humano, com “igualdade de oportunidades para todos” primeiro temos de acabar com esta sociedade opressora e injusta. Isto significa acabar com a ordem social burguesa e o MAS desenvolve uma política diametralmente oposta quando seu objetivo é consolidar um “capitalismo andino amazônico”, ou seja, uma sociedade igualmente opressora e excludente.*

III. Afirma que “a Bolívia... tem concentrado suas possibilidades de crescimento econômico a um modelo monoprodutor... e na venda de seus recursos sem...industrialização que... tem beneficiado a pequenos círculos de poder”. Mais adiante diz que “nos últimos anos tem-se caracterizado por uma economia dual”: um segmento moderno, ligado ao mercado mundial, e outro segmento “conformado por empresas de porte pequeno”, com grande atraso tecnológico, baixa produtividade e ligada ao mercado interno.

Propõe “uma educação que gera e/ou adapta ciência e tecnologia, e desenvolva processos de formação técnica e tecnológica”.

Os teóricos do MAS revelam uma impressionante ignorância sobre o que é realmente a Bolívia. Defender que este país, por sua conta própria, decidiu “um modelo monoprodutor...” é uma estupidez. Como conclusão, a classificação de dois segmentos econômicos como fenômenos isolados e sem nenhuma vinculação entre si e com a ação opressora do imperialismo.

Bolívia é um mosaico de diversos modos de produção; a penetração do capitalismo nos setores da economia extrativa de minerais e do petróleo, tem imposto relações de produção capitalistas incorporando a última palavra da



Evo coincide com o Banco Mundial na Educação

ciência e tecnologia. O restante do país tem sido abandonado ao atraso, onde sobrevivem todos os modos de produção pré-capitalistas.

Nossos teóricos ignoram que a máquina se aplica na grande produção capitalista. Ali onde sobrevivem, os resquícios pré-capitalistas presentes na pequena propriedade e na produção individual constituem um obstáculo para seu uso.

É subjetivismo pensar que a educação por si só vai resolver esse gravíssimo problema estrutural do país e, no campo, terá de superar a pequena propriedade familiar da terra, organizando unidades produtivas na forma de fazendas coletivas para possibilitar o acesso do trator e outras máquinas adequadas para a produção agropecuária.

IV. Afirma que, “...a cada cultura corresponde um território e uma forma particular de organizar a mesma; portanto, haverá tantas formas de organizar um território quantas culturas existam”. Segundo o documento, “...tem-se desnaturalizado a participação social na educação...tem-se convertido em um instrumento de conflito e confrontação”. Além disso diz que “...a educação... tem sido desenvolvida sem maiores diferenciações das características produtivas, organização social e comunitária, cosmovisão das regiões”. Considera que a participação popular na reforma educacional é “aparente e enganosa” que instrumentaliza os pais de família e os dirigentes. Termina colocando “uma gestão da educação...fundamentada na

aceitação da existência da diversidade geográfica e de território...”

Não resta dúvida, a educação não pode ser homogênea em um país onde sobrevivem tantas nacionalidades com características e modos de produção distintos; mas, partir dessa realidade para chegar a conclusão de que devem ter diferentes administrações educativas com o condimento da “participação social”, é terminar acariciando o plano do imperialismo da descentralização educacional pela via dos municípios, das prefeituras e das formas particulares de organização tradicional. Substituem a tão acariciada “participação popular” da reforma com a chamada “participação social” que, igualmente, será manipulada pelas ONGs e os governos de plantão.

Não podemos esquecer que as direções do movimento camponês acabam sendo peões das economicamente poderosas ONGs, correia de transmissão do imperialismo para controlar organizativamente e ideologicamente os explorados do campo.

A defesa da educação pública e gratuita consiste em manter o princípio de que é o Estado que tem a obrigação fundamental de financiar a educação em todos os níveis, ciclos e modalidades; garantir que todos os bolivianos tenham o mesmo direito democrático de acesso ao serviço educativo.

A nova educação, produto da evolução socialista, unirá o trabalho manual e intelectual no processo da produção social.

(Extraído do Masas boliviano nº 1984)

Governo promete revogar a lei da reforma educacional do Banco Mundial

Para conter o mal-estar gerado no magistério nacional devido a miserável reajuste salarial de 7%, o governo anunciou que, nos próximos dias, divulgará uma lei transitória para revogar a reforma educacional. Para este propósito organizou uma comissão, com participação dos dirigentes dos professores, com a tarefa de projetar a mencionada lei. Também afirmou que a nova reforma educacional será tratada e definida por um próximo congresso de educação.

Não se trata somente da formalidade de revogar a reforma educacional imposta pelo Banco Mundial, cuja finalidade é destruir a educação pública, liberando paulatinamente o Estado de sua obrigação de financiá-la e administrá-la adequadamente, para cujo fim tem introduzido mecanismos como a descentralização para transferir às regiões o custo educacional, a participação popular para que os pais cu-

riam o déficit do recurso da educação com seus bolsos, a liberalização da profissão docente para que os professores estejam sujeitos à lei da oferta e da procura (cuja obrigação de contratá-los, se forem necessários, estará a cargo dos municípios), declarar como obrigatória só a educação primária e tornando a educação secundária, profissionalizante, alternativa e que passem progressivamente às mãos das empresas privadas etc.

A nova lei que proporá o MAS ao congresso educacional terá a capacidade de reverter o essencial da Lei 1565? Isso significaria que o Estado, realmente, poderia garantir uma verba adequada para toda a educação e o direito democrático dos bolivianos de acesso livre a todos os níveis da educação; além de retomar a essência da origem do conhecimento, na unidade da teoria e da prática no processo social da produção, que implica jogar

por terra o subjetivismo construtivista hoje em moda.

Pela natureza pró burguesa desse governo, nada disso poderá ser feito. O documento indígena elaborado pelas ONGs e apresentado aos congressos departamentais da educação não é mais do que uma reiteração, em seus aspectos essenciais, da reforma educacional do Banco Mundial.

Como sempre, a burocracia sindical se desempenha como instrumento das manobras matreiras do governo para conter a mobilização das bases do magistério. Longe de denunciar a natureza reacionária da proposta educacional do MAS com o propósito de organizar e armar as bases para uma futura e inevitável luta, guarda silêncio e se apressa para participar na comissão para redigir a lei transitória.

(Extraído do Masas boliviano nº 1984)

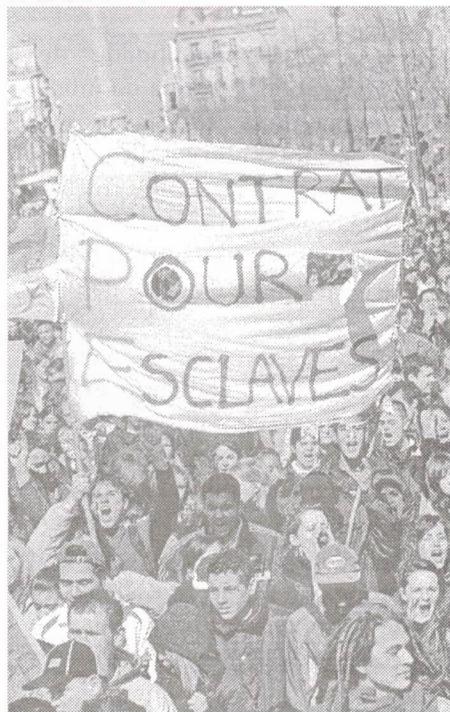
Juventude francesa sai às ruas contra precarização do trabalho

Paris e as principais cidades da França foram tomadas, nos últimos dias, por manifestações multitudinárias, somando até 1 milhão de pessoas, contra o Contrato Primeiro Emprego (CPE) imposto pelo primeiro-ministro Dominique de Villepin. A reação partiu sobretudo da juventude, que será duramente atacada se a medida for efetivada.

Segundo o CPE os trabalhadores de até 26 anos podem ser demitidos sem nenhuma garantia, os patrões estão livres para descartá-los sem ter de pagar qualquer indenização trabalhista, por isso os jovens já chamam o projeto de "Contrato de Precariedade Eterna".

Estudantes decretaram greve geral e pelo menos metade das 87 universidades francesas foram paralisadas, inclusive a Sorbonne, palco dos acontecimentos de maio de 1968. Marchas e barricadas tomam as ruas e exigem a revogação do CPE. Centrais sindicais e partidos de oposição também se somam às manifestações.

Este fato expõe que o desemprego é parte do capitalismo e atinge até mesmo



os países capitalistas avançados. Hoje, na França, 10% da população ativa está desempregada, mas este número sobe para 22,3% entre os jovens de 18 a 25 anos. E até 40% entre os jovens da periferia.

Os capitalistas e seus governos res-

pondem à baixa taxa de crescimento francesa, que há anos não passa de 2%, com destruição de postos de trabalho, precarização dos contratos e cortes nas conquistas sociais. E a juventude se levanta instintivamente em defesa de suas condições de vida, em defesa de trabalho. Em outubro de 2005, as manifestações explosivas da juventude das periferias, dos filhos de imigrantes, expuseram a decomposição do sistema capitalista. Pouco antes, a greve de 5 de outubro paralisou o transporte e as escolas na França contra a "ofensiva neoliberal e repressiva", exigindo de Villepin que tomasse medidas em favor da maioria explorada.

A seqüência de lutas indica que a juventude deve se confrontar cada vez mais com a opressão capitalista. A resposta repressiva do Estado francês, faz com que sob a máscara da democracia vejamos a essência da ditadura de classe da burguesia. É preciso transformar estas revoltas instintivas em consciência de classe, organizando a juventude sob o programa da revolução proletária.

A opressão imperialista sobre o Haiti

O fim das eleições

Sem que a apuração houvesse encerrado e com denúncias de fraude eleitoral, René Préval assume pela segunda vez a direção do governo haitiano. Seu primeiro mandato ocorreu entre os anos de 1996 e 2000, quando então seu sucessor, Jean-Bertrand Aristide, assumiu a presidência, sendo deposto em fevereiro de 2004.

Préval volta ao governo sustentado sobre dois pilares: o primeiro é o apoio da parcela mais pobre da população, que foi iludida pelas promessas de criação de emprego e melhorias nas condições de vida; o segundo é o apoio de todas as frações imperialistas (EUA e União Européia), as quais se manifestaram publicamente em favor de seu novo mandato.

Intermediando a relação do novo governo com o imperialismo, o Brasil tem tido um papel de destaque: serve como correia de transmissão dos interesses externos, da opressão sobre a semicolônia. Além de chefiar a "missão de paz" da ONU, foi o responsável pela "saída diplomática" de declarar Préval o novo presidente já em 16 de fevereiro, sem o fim da apuração.

A crise haitiana

Atualmente, a instabilidade de poder no Haiti é vista como resultado de governos corruptos ou ineficientes, como reflexo da "frágil" democracia das instituições governamentais. As frações imperialistas, através da ONU e, recentemente, da diplomacia brasileira, insistem na tese de fortalecimento da democracia e nos métodos "pacíficos" de resolução da crise política.

Tal modo de avaliar a situação do país mais pobre do continente é o modo burguês de ocultar uma realidade bastante sentida pelo povo: a opressão imperialista que marca toda a sua história.

Foi colônia espanhola até 1697, depois ficou sob o domínio da França, tornando-se "independente" em 1804. No começo do século passado, foi invadido pelos EUA, que permaneceu

de 1915 a 1934. Passou de 1957 a 1986 por um período de ditadura, controlada pela família Duvalier, também sob a vigilância estaduniense. É bom lembrar que o Haiti está a apenas 80 km por mar de Cuba, que realizou sua Revolução em 1959.

Em 1991, Jean-Bertrand Aristide, padre representante da Teologia da Libertação e liderança popular contra a ditadura da década anterior, é eleito presidente, mas sete meses depois é deposto por "rebeldes" ligados aos grupos paramilitares da ditadura (um deles é o conhecido FHAP - Frente Haitiana para o Avanço e o Progresso). Volta em 1994, através de intervenção norte-americana para convocar novas eleições. Em dezembro de 1995, René Préval é eleito presidente. Consegue cumprir seu mandato por completo. Embora ligado a Aristide, Préval representa um governo mais "conservador", centraliza mais o poder em suas mãos e enfraquece o poder Legislativo. Há denúncias de fraude nas eleições para o legislativo em 2000.

Como se vê, a "instabilidade" de poder é consequência direta da intervenção imperialista. O desenvolvimento do país foi sendo condicionado pelos interesses das diferentes frações imperialistas que o controlaram. A miséria, o desemprego são o fruto dessa opressão e são a base material da permanente crise política. Não haverá estabilidade para os governos burgueses no Haiti enquanto existir tal situação de atraso e miséria, no entanto, a crise econômica e social não pode ser resolvida por meio de nenhum governo burguês haitiano. A dependência externa é total, quase 80% de toda população vive abaixo da linha de pobreza, e o PIB do país não ultrapassa os 11 bilhões de dólares anuais.

Portanto, a capacidade de resposta do novo governo à crise econômica e social é dada por condições exteriores e não por ajustes internos. Por isso, as promessas de campanha não poderão ser minimamente cumpridas, sem intervenção externa. Os países imperialistas prometem ajuda financeira a

Préval, no entanto, exigem que ele contenha a explosividade social do país.

A revolta popular

A população, esmagada pelas miseráveis condições de existência, atua desorganizadamente contra os governos e contra a opressão imperialista. Em geral, é arrastada pela política das camadas médias (profissionais liberais, intelectuais, pequenos comerciantes) ou pelos interesses da débil burguesia local (o país vive basicamente da produção agrícola - cana de açúcar, bananas, café e manga e da pesca; possui também uma pequena indústria nacional ligada aos setores têxtil e de eletrônicos).

Entre os chamados "rebeldes", é possível identificar ao menos duas orientações: urna, ligada aos grupos políticos (nesta, estariam aqueles vinculados às milícias paramilitares de direita, que expressam os interesses mais reacionários da burguesia haitiana, e aqueles partidários de Aristide e Préval); outra, ligada diretamente à população (isto é, a parcela da juventude e dos desempregados, que esporadicamente atua nas manifestações - concentra-se em Porto Príncipe, nos bairros mais pobres e, sobretudo, na maior favela do país, a *Cité Soleil*).

Por não ter uma política independente, proletária, a revolta popular acaba expressando os conflitos entre as camadas médias e a burguesia, e as contradições entre a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas nacionais e a opressão geral do imperialismo sobre o país; assim atuou a população na resistência à ditadura dos Duvalier, tornando figuras como Aristide, um padre da Teologia da Libertação, uma espécie de herói nacional; assim atuou parte da população no golpe que este sofreria em 1991, no seu primeiro mandato; assim atua novamente quando leva ao poder Préval. Sem uma direção revolucionária, sem uma política proletária, assim atuará nas próximas crises que virão.

O Oriente Médio: barril de pólvora prestes a explodir

Assistimos logo nos primeiros meses do ano uma intensa onda de crises no Oriente Médio, envolvendo a Palestina, o Irã e o Iraque.

Na Palestina, a vitória do partido Hamas nas eleições para o Parlamento colocou em xeque a supremacia do partido Fatah, no poder há mais de 40 anos. Este acontecimento intensificou os conflitos entre os palestinos e israelenses, pois o Hamas expressa o descontentamento da maioria oprimida dos palestinos e representa a reação armada à ocupação do Estado de Israel dos territórios historicamente pertencentes ao povo palestino. O processo de "paz" defendido pelo Fatah e pela OLP com Israel está paralisado, pois o Hamas não aceita a existência do Estado e Israel e exige a devolução de seus territórios ocupados. O imperialismo, por seu lado, só reconhecerá o governo Hamas caso abandone a luta armada e aceite a existência do Estado de Israel.

Durante este período a pressão exercida pelos países imperialistas e pela ONU, seu braço diplomático, deu-se com a negação de repasse de verbas à ANP (Autoridade Nacional Palestina), na ordem de US\$ 1 bilhão, na tentativa de estrangular a economia palestina e forçar o Hamas a ceder em sua política de rejeição dos acordos com Israel. Esta ajuda financeira das nações imperialistas é uma forma de manter a palestina dependente e assim poder agir livremente no saque de suas riquezas e na exploração dos trabalhadores palestinos.

Até o momento, o Hamas não assumiu uma postura radicalizada diante das pressões do imperialismo, organizando as massas contra os exploradores. Apenas buscou conter a crise financeira recorrendo a outros países árabes, como o Irã, e procurando acordos com os outros partidos para a composição de um governo de coalizão nacional.

No Irã, a notícia de que o presidente Mahmoud Ahmadinejad, que tomou posse em novembro de 2005, dará continuidade ao programa nuclear provocou reação imediata dos imperialistas. As ameaças vão desde o boicote econômico até a ofensiva militar



Manifestação contra a explosão da mesquita xiita em Samarra, no Iraque

contra o governo iraniano, levando ao Conselho de Segurança da ONU a decisão de "retaliação".

Os países imperialistas sabem do perigo que correm ao terem concorrência na produção de armas atômicas. Esta é a forma que utilizam para ameaçar os países semicolonias e poderem extrair suas riquezas, explorar e aniquilar milhares de trabalhadores, sugando intensamente suas energias. No capitalismo as armas são necessárias para conter a luta de classes e a todo momento os arsenais são abarrotados de novas armas de destruição em massa. E para que se elimine a fabricação de armas é necessário colocar abaixo o próprio capitalismo e a classe que o representa, a burguesia espoliadora.

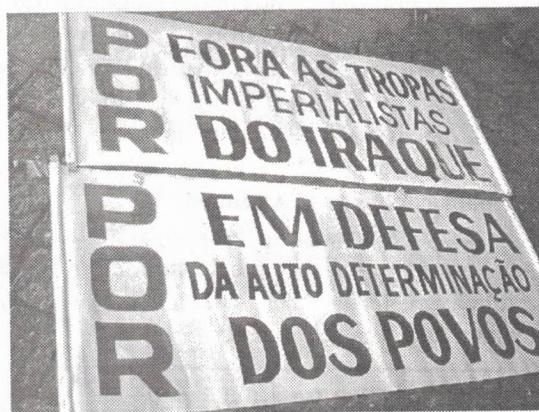
No Iraque, o ataque que destruiu a cúpula de uma das mais sagradas mesquitas dos xiitas em Samarra deixou o Iraque a beira da guerra civil. Revoltados, os xiitas saíram as ruas em protesto

em todo o país. Os confrontos entre os dois grupos rivais (xiitas e sunitas) se arrastaram por vários dias e deixou um saldo de mais de 130 mortos e a destruição de 200 mesquitas.

As tensões registradas entre os grupos expressam a situação atual do Iraque. Desde que os Estados Unidos ocuparam o Iraque os conflitos têm se intensificado e um motivo, aparentemente religioso, transforma o país em um palco de guerra.

Outro episódio que marcou o Oriente Médio neste último mês, foi a divulgação, em um jornal dinamarquês, das charges ofensivas ao profeta Maomé. Os muçulmanos de diversas partes do planeta saíram as ruas para protestar e apedrejar as embaixadas de vários países, inclusive dos Estados Unidos, França e Grã-Bretanha.

Todos os acontecimentos envolvendo os países do Oriente Médio, demonstram que há uma forte tendência destes países oprimidos pela intervenção, direta ou indireta, do imperialismo em reagir. Reagem de forma desorganizada, sem direção, mas reagem. Neste sentido, faz-se necessária a construção de uma direção revolucionária que canalize esta energia para a luta contra a opressão imperialista. Cabe aos países árabes se organizarem pela bandeira do socialismo e pela construção do partido da IV Internacional. Somente assim, será possível varrer opressor imperialista e com ele os conflitos étnicos, religiosos e econômicos que recaem sobre o Oriente Médio.



Faixas do POR no ato contra a intervenção imperialista no Iraque

Publicamos abaixo manifesto do POR distribuído no ato de 18/03, contra a intervenção imperialista no Iraque, realizado em São Paulo

Expulsão dos Estados Unidos e aliados do Iraque!

Derrubada do governo títere de Jalal Talabani

Viva a resistência do povo iraquiano!

Por um Oriente Médio Socialista!

19 de março completam três anos de invasão imperialista e massacre de milhares de iraquianos.

19 de março é continuidade da guerra promovida pelos Estados Unidos em janeiro de 1991 que, sob a orientação da ONU, lideraram um dos mais sangrentos bombardeios ao Iraque.

19 de março é expressão do avanço militarista das potências imperialistas sobre a rica região petrolífera do Oriente Médio. A invasão do Afeganistão e a brutal repressão sobre o povo palestino, sob a direção do governo pró-Estados Unidos de Israel, fazem parte da mesma estratégia de domínio da nação opressora sobre os países oprimidos.

Mas o 19 de março representa a luta heróica dos povos que não se curvam diante do poderio militar dos Estados Unidos. Traz aos trabalhadores e a juventude brasileiros a lição da resistência das massas contra a barbárie imposta pelos Estados Unidos. Evidencia a necessidade de pôr em pé a luta antiimperialista em todos os países que sofrem o saque econômico e as invasões bélicas. E, principalmente, a importância da construção do Partido Revolucionário como parte da reconstrução da IV Internacional.

A cada dia cresce o choque entre as forças imperialistas e a resistência do povo iraquiano. Nesta semana, os Estados Unidos comandam um dos maiores ataques sobre o país, com o objetivo de aniquilar os grupos armados. Antecederam esses ataques as bombas que arrebentaram a Mesquita Dourada, templo xiita, na tentativa de ativar a divisão entre sunitas e xiitas. Foram centenas de mortos. A ofensiva tem como estratégia a demonstração de que dominam o país, que este tem um governo e um parlamento eleitos e que a ação militar imperialista foi vitoriosa. Preparam, com isso, as condições para um possível ataque ao país vizinho, Irã, caso o governo não ceda às pressões de suspensão do programa nuclear.

A verdade é que os Estados Unidos, nesses três anos de invasão, não puderam consolidar um governo títere, uma Constituição pró-americana, um tribunal de justiça para condenar sumariamente Saddam e seus aliados e um exército iraquiano servil. Procuram por todos os meios ativar o histórico conflito interno das nacionalidades (curdos, sunitas, xiitas), que facilitaria a ação invasora. Espalham o terror, executam as lideran-

ças, lotam as prisões e desfecham brutal tortura sobre os presos políticos. A morte de centenas de prisioneiros nas cadeias de Abu Ghraib são conhecidas em todo o mundo. Diante dessa barbárie, o que vemos é o aumento das manifestações das massas pela expulsão dos sanguinários imperialistas. Por todo o Oriente Médio, os protestos anti-Estados Unidos se fazem presentes.

O avanço da resistência do povo iraquiano mostra também suas limitações. Tratam-se de grupos armados com apoio de camadas inteiras da população sob uma orientação nacionalista-religiosa. A resistência não se sustenta em ações de massa, mas principalmente por meio de atos terroristas. A ausência do partido revolucionário, com um programa que tem como estratégia a tomada do poder pelo proletariado e a expulsão dos invasores, é o grande obstáculo para a derrota do intervencionismo imperialista e a derrubada da oligarquia semifeudal que serve aos interesses do capital multinacional.

O movimento operário e a juventude de todo o mundo devem apoiar a luta antiimperialista no Iraque e em outros países ocupados e ameaçados pelo poderio militar da maior potência do planeta. A resistência iraquiana deve avançar por meio da constituição do partido-programa, que tem como estratégia a revolução social, com a eliminação da propriedade privada dos meios de produção e edificação de uma sociedade onde não há explorados nem exploradores. Nossa melhor solidariedade ao povo que resiste à invasão é a de pôr em pé o partido revolucionário no Brasil.

O Partido Operário Revolucionário (POR), que luta pela autodeterminação dos povos, denuncia o governo do PT/Lula de colaborar com o intervencionismo dos Estados Unidos/França no Haiti. E exige que o governo brasileiro retire imediatamente as tropas brasileiras da nação haitiana.

O Partido Operário Revolucionário chama os trabalhadores e as correntes que se reivindicam da classe operária a pôr em pé a frente única antiimperialista e a defenderem as bandeiras:

Fora as tropas imperialistas do Iraque e demais países invadidos!

Fora as tropas brasileiras e a intervenção da ONU do Haiti!
Pela autodeterminação dos povos oprimidos

Pela construção do Partido Mundial da Revolução Proletária!

Adquira com o distribuir deste jornal: Resoluções do Congresso Nacional do POR boliviano

Com a caracterização política do governo Evo, balanço dos erros e acertos do POR e textos da AP de 1971

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO